

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS

Às 09h00, do dia 06 de dezembro de 2017, no Edifício do CENAFLOR, na Sede do Serviço Florestal Brasileiro, em Brasília, Distrito Federal, depois de não ser constatado o quórum por falta de presença mínima dos membros, deu-se início à 33ª Reunião Ordinária da Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP), presidida por Raimundo Deusdará Filho, Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro/MMA, Presidente Substituto da Comissão.

 Estiveram presentes os membros: Raimundo Deusdará Filho (Serviço Florestal Brasileiro – SFB), Capitão-de-Mar-e-Guerra Rogério de Oliveira Gonçalves (Ministério da Defesa – MD), João Pignataro Pereira (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC), Raquel de Oliveira Alves (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG), André Sócrates de Almeida Teixeira (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA), Mario Cesar Mantovani (Associação Nacional Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente – ANAMMA), Evandro Jose Mahulbauer (Confederação Nacional das Indústrias – CNI) Rosmari Barbosa Malheiros (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais), Maria Jocicleide Lima de Aguiar (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais - FBOMS), e Humberto Ângelo (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC).

Também estiveram presentes os seguintes representantes do Serviço Florestal Brasileiro – SFB: Marcus Vinicius da Silva Alves, Joberto Veloso Freitas, Carlos Eduardo Portella Sturn, Samir Jorge Murad, Henrique Dolabella, José Humberto Chaves, Claudia Maria Mello Rosa e Ângelo Ramalho, além de Mário Cardoso da Confederação Nacional da Indústria – CNI.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB) — Presidindo os trabalhos, cumprimenta todos e informa que por falta de alguns membros, apesar de haver confirmação prévia, a reunião não tem quórum para deliberação. Fala que a pauta será mantida e que apenas não haverá a possibilidade de aprovação da Ata da 32ª Reunião Ordinária da CGFLOP. Solicita que todos se apresentem e dá início aos trabalhos.

1º TEMA DE PAUTA: PERSPECTIVAS E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DO USO DAS FLORESTAS NATIVAS NO BRASIL

O SR. FERNANDO CASTANHEIRA (CNI) – Faz a apresentação do 1º Tema de Pauta.

 O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB) — Agradece a apresentação, diz que o diagnostico está bem feito, que problemas existem em todas as áreas e a todo momento, mas que se deve dar um tom mais positivo, mais otimista ao quadro atual, considerando os avanços obtidos. Passa, em seguida, para os questionamentos.

 O SR. MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (Diretor/SFB) – Fala que o apontamento dos sintomas está claro e o que é passível de discussão e de avaliação é o diagnóstico, as causas. Além disso, cabe caracterizar a cronologia dessas causas, a fim de determinar o caminho crítico. Diz que muito tem sido feito com os instrumentos disponíveis, as mesmas

políticas, programas, planos e iniciativas, gerando mais resultados positivos do que negativos. Diz que não há receita de bolo. Apesar do desenho institucional do Serviço Florestal não ajudar no enfrentamento dos inúmeros desafios postos e necessitar de ajustes urgentes, esse desenho que aí está, e tem mais de dez anos, foi capaz de trazer avanços que o país até então não havia experimentado, como por exemplo, o Cadastro Nacional de Florestas Públicas. De fato, os problemas vão desde a natureza institucional até a conjuntura política. Mas hoje, o maior desafio é ir além do diagnóstico, com a apresentação de proposições concretas e alinhadas com a realidade, para a solução dos problemas, que, em alguns casos, têm atingido níveis bastantes críticos. As concessões florestais, por exemplo, quando propostas não tinham a pretensão de resolver a produção madeireira na Amazônia ou do Brasil. Não havia, e ainda não há a pretensão de tornar a produção madeireira de florestas naturais públicas como a única fonte de produção de madeira tropical no país. Diz que, na verdade, as concessões têm como objetivo contribuir de forma efetiva e significativa para a manutenção e conservação da floresta amazônica. Ou seja, o manejo florestal sustentável para a produção madeireira, hoje se mostra como a principal, e talvez a única, alternativa viável de manutenção da floresta em pé. Sejam florestas públicas, sejam florestas privadas. O mundo aponta cada vez mais para o uso de fibras de madeira, com o auxílio da nanotecnologia, para a transformação em produtos de alto desempenho. Aparentemente, a madeira da Amazônia não vai preencher essa lacuna. Ela vai atender a mercados mais específicos, de maior valor agregado e menores volumes. Isso é parte importante de um diagnóstico, pois não devemos olhar para a Amazônia como a fonte de matéria-prima que vai garantir a oferta futura de fibras. Por isso, dentre outras questões, que ressalto que o elemento central a ser atacado não está no arranjo institucional das concessões, que de fato merece ser ajustado, mas se todo o problema fosse esse, a solução seria mais simples. O manejo florestal já desempenhou um papel de protagonismo na Amazônia, do ponto de vista social, econômico, ambiental, no passado, maior do que desempenha hoje. Tanto que, infelizmente, os indicativos são de que alcançamos níveis alarmantes de ilegalidade similares ou superiores aos de décadas atrás, especialmente quando consideramos que nesse período passamos de quase 50 milhões de metros cúbicos para 10 milhões, 20% da produção madeireira dos anos 90. Portanto, mais do que identificar os sintomas, mesmo que verdadeiramente presentes, precisamos atacar as causas, com a devida prioridade. Também, não podemos nos abstrair dos problemas estruturais muitos sérios, relacionados à extrema pobreza, miséria, ao garimpo, a grilagem que recrudesceu na Amazônia. Comunidades que dependem da economia gerada por um sem número de serrarias atuando na ilegalidade e capazes de causar enormes estragos em áreas de floresta pública. A presença do Estado, com ações de comendo e controle, nessas regiões gera, em muitos momentos, situações de conflito, como o que aconteceu recentemente e atingiu o IBAMA e o Instituto Chico Mendes, e desestabiliza a implantação de outras polícias públicas como, por exemplo, a política de concessões florestais, uma vez que a população local, de certa forma, se posiciona contrária às ações de governo, resultante da crise social instalada naquela região de floresta. Fala que locais com as maiores coberturas florestais são, via de regra, aqueles com menores IDHs. É muito difícil compatibilizar ações e iniciativas para a manutenção da floresta em pé, para a proteção do patrimônio público com a convivência com níveis de elevados de pobreza, desemprego e ausência de fontes alternativas de renda para a população. Não podemos esquecer que o que está ao alcance dessas comunidades, infelizmente, é a madeira vinda de origem duvidosa, assim como do crime organizado com inserção no comércio global de madeira. Aliás, segundo a Interpol, só perde para o comércio de drogas. Ou seja, temos um ambiente extremamente vulnerável que permite, com perdão da palavra, uma grande esculhambação na atividade econômica de base florestal na Amazônia, seja ela regulada pelo Estado, seja exclusivamente privada. Por isso é que o tema floresta não deve ser agenda de um único Ministério na esplanada, floresta tem que ser considerada estratégica para o país, sendo tratada também no núcleo duro de governo, para um país como o Brasil, e não somente pelo Ministério do Meio Ambiente. O Ministério do Meio Ambiente deve liderar e o

49 50

51

52

53

54

55

56

57

58 59

60

61

62

63

64 65

66

67

68 69

70

71

72

73 74

75

76

77 78

79

80

81

82

83

84

85

86

87 88

89 90

91

92

93 94

95

96 97

98

99 100 Serviço Florestal Brasileiro deve ser o órgão executor, mas a participação efetiva de outras áreas de governo é fundamental para o alcance dos objetivos da gestão de florestas públicas.

102103104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116117

118

119

120 121

122

123

124

125

126

127

101

A SRA. MARIA JOCICLEIDE AGUIAR (FBOMS) – Cumprimenta a todos. Diz que não é que o movimento social e da Amazônia não defenda o manejo, mas que o movimento defende com muito entusiasmo o manejo comunitário. Diz que há vários instrumentos que garantem a efetividade das atividades e que surgiram algumas preocupações em relação à apresentação, quando a mesma indagada se o manejo é a solução ou o problema. Ressalta que depende do ponto de vista, porque com a pressão que está tendo dos madeireiros ilegais, sobre as unidades de conservação em nome do manejo, aí se torna um problema. O Manejo é uma solução, ele se torna um problema quando não gera a renda que deve gerar para as comunidades que o praticam. A apresentação mostra que o manejo deve obedecer às leis de mercado, mas se for obedecer às leis complica, porque como é que ficam as pessoas. Na floresta não existe só madeira e quando se fala em usar a floresta com sabedoria, tem que usar não apenas a madeira, que é um componente que vem a agregar valor para a renda das famílias. Ressalta que quando se trata da lei, vários aspectos precisam ser melhorados. Diz que já foi dito muitas vezes sobre esse respeito nas reuniões da CGFLOP e pouco se caminhou a respeito da questão do manejo comunitário, do envolvimento das pessoas e das comunidades, principalmente, no processo de concessão quando se lançam os editais. Diz que o manejo é uma estratégia de utilizar, de manter a riqueza da floresta, mas que não se sabe quais os impactos gerados ao longo de todos os anos de uma concessão. Na apresentação, se fala na questão da tecnologia para fazer o trabalho, o que implica no desemprego de mão-deobra, aumentando a pobreza na região amazônica, pois se não tiver essas alternativas de geração de renda, fica ainda mais difícil. Fala da oportunidade de aproveitar a reunião para se achar um meio de como ter o manejo florestal e sustentável fortalecendo os comunitários. Reforça o pedido de que na CGFLOP tenha uma pauta exclusiva para tratar a questão do manejo comunitário na Amazônia e das pressões que as áreas de conservação estão sofrendo a esse respeito, principalmente, para a retirada ilegal de madeira.

128 129 130

131

132

133

134

135

136

137

138

139 140

141

142

143

144

145

146

147

148149

O SR. MÁRIO CARDOSO (CNI) – Diz que no caso da Mata Atlântica, a dificuldade na questão de manejar era que se falava de 8% da área original ainda preservada. Então, tem que ter pelo menos um banco genético para restaurar, pois já havia 92% de áreas alteradas. Fala que a preocupação é pensar na questão de manejo agora, não só na Mata Atlântica. Ressalta que a grande preocupação florestal é a questão de que a floresta foi sempre vista como fornecedora, onde não tem a cultura de plantar. Fala que outros países plantam pensando em 100 anos. Então é um negócio complexo, não precisa nem entrar em outras questões sociais. Fala que tem que mudar. Acredita que agora com a conversão das multas, com a questão do Planaveg, com as metas do Brasil de 12 milhões de hectares a serem restaurados, pode mudar um pouco a forma de olhar e se começar a plantar florestas. Dá para fazer isso. No Brasil um certificado de FSC, que se imaginava que iria ser difícil de se obter, hoje tem quase 6,5 milhões de hectares de certificados. No que tem de melhor no mundo em termos de certificação é feita aqui no Brasil e as empresas estão à frente, inclusive, no mercado internacional. Fala que florestas nativas com certificado FSC já existe 1,2 milhão de hectares, há, portanto, um desbalanço. Diz que agora tem que ter um equilíbrio, começar a fazer fomento florestal e assim, o manejo. Hoje já se tem os números claros, sabe quanto que vai precisar de PRA, onde está a propriedade, tem-se um cenário que nunca teve. Ressalta que tem que fazer que isso vire negócio, com o BNDES, com o Banco do Brasil, com o Crédito Agrícola, com o PRONAF, com tudo que puder levar esses recursos e dar início a uma nova história de manejo florestal. Então isso é um ponto importante para se pensar, porque é uma nova realidade.

150151152

153

O SR. ROGÉRIO DE OLIVEIRA (Comandante/MD) – Se apresenta e parabeniza pela apresentação. Fala que já conhece o trabalho do SFB e que é um defensor desse trabalho. Diz

que participa, também, em outros fóruns representando o Ministério da Defesa, a exemplo da Comissão de Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE). Diz que recentemente houve uma apresentação do ZEE do estado de Tocantins por uma consultoria que está desenvolvendo o trabalho. Fala que à luz da política nacional de defesa, a região norte do país é um local onde existe uma grande ausência do estado para muitos aspectos. Diz que a ZEE é um fórum aonde se debate assuntos que vão, lá na frente, possibilitar que as coisas andem um pouco melhor em vários aspectos, ecológico e econômico. Fala que hoje existe a questão da política dos objetivos de desenvolvimento sustentáveis, aonde não se pode, de modo algum, abandonar os três pontos, não tem somente o econômico, não tem somente a conservação, tem que olhar também para as pessoas. Fala que tem que olhar para as pessoas que estão na região norte como pessoas que precisam ter oportunidades e aparentemente o manejo florestal é uma grande oportunidade para elas. É nessa medida que o governo e setor privado, CNI como representante do setor privado precisam realmente abraçar o Brasil para criar possíveis soluções que não serão de curto prazo. Ressalta que o gigantismo das dimensões do Brasil impõe que essas soluções dificilmente ocorrerão no curto prazo, mas que pelo menos uma evolução de consciência permita que em algum tempo a situação melhore. Vê a questão do manejo florestal como um catalisador, capaz de fazer com que outras coisas avancem. Fala que é um grande entusiasta do que se faz no SFB, e procura levar o que aprende de positivo dentro do SFB para outros setores. Ressalta que é uma oportunidade para o Brasil da região norte. O que se faz aqui é bastante importante, mas realmente para que essa geração de oportunidade possa ir mais à frente, tem que pressionar o núcleo duro de governo, como o senhor Marcus Vinicius mencionou. Diz que enxerga como uma oportunidade de desenvolvimento, de olhar para a região norte, sob o ponto de vista de Estado, de segurança e de defesa brasileira.

154155

156

157

158

159

160

161162

163

164

165

166

167

168

169 170

171

172

173174

175

176

177178

179

180 181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192193

194

195

196

197

198

199

200

201202

203204

205

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB) – Agradece a todos os comentários e solicita ao Sr. Castanheira que faça as considerações finais.

O SR. FERNANDO CASTANHEIRA (CNI) - Fala que atingiu o objetivo com a apresentação e diz estar vendo o momento com um olhar realista. A visão da indústria é que se precisa ter na concessão um instrumento capaz de contribuir para uma economia florestal forte. Como é que vai atrair investimentos com toda a burocracia atual, a falta de institucionalidade que o Serviço Florestal Brasileiro ainda tem? É preciso melhorar isso e essa é a ideia. Diz que o Serviço Florestal Brasileiro tem que ter autonomia para implantar concessão em pelo menos 10 milhões de ha. Se a concessão não for um elemento importante em número de escala ficará muito difícil. Quando se agrega valor em tecnologia, ao invés, de trabalhar cortando borracha, catando castanha, vai se trabalhar na indústria fazendo camisinha, embalando castanha a vácuo, como em Xapuri. Assim, agrega valor, a pessoa que trabalha em uma indústria, com tecnologia, com carteira assinada tem melhor remuneração. Então não é uma questão de que a tecnologia ou o mercado tire o emprego do trabalhador. Ao mercado não cabe o papel do Estado, contudo deve estar presente como no exemplo de Xapuri mostrado na apresentação, da relação do público e do privado. A ideia é justamente fortalecer essa integração do comunitário com o empreendimento privado, que é fundamental. Falar de mercado, do ponto de vista da indústria, como consumidor, como elemento de apoio, não é um problema. Ressalta que queria mostrar na apresentação que existem muitos problemas, mas que a solução também está colocada. Não se trata de uma postura de desânimo, pelo contrário, há muito que fazer e, dessa forma, teremos muito trabalho nos próximos anos.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB) – Agradece e passa para o próximo ponto de pauta.

2º TEMA DE PAUTA: MANEJO COMUNITÁRIO DA RESEX VERDE PARA SEMPRE

206207

208

209

210211

212

213

214

215

216

217218219

220

221222

223

224

225226

227

228

229

230231

232

233

234235

236

237

238

239

240

241

242

243

244245

246247

248

249

250

251

252

253254

255

256257

258

A SRA. CRISTINA GALVÃO (Coordenadora/SFB) — Faz a apresentação do 2º Tema de Pauta.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB) – Parabeniza pelo trabalho e agradece a apresentação. Fala que a *Dona Margarida* (Resex), citada na apresentação foi indicada pela Gente Brasil, através do Serviço Florestal Brasileiro. Apesar de não ter muita visibilidade, para o currículo dela e a oportunidade de receber um prêmio com esse tema é extremamente importante para o reconhecimento, não só da participação e importância da mulher, mas como a valorização do manejo florestal comunitário.

A SRA. MARIA JOCICLEIDE AGUIAR (FBOMS) — Parabeniza o bom resultado mostrado pelo manejo comunitário, e diz que espera que o trabalho chegue também para as outras áreas de conservação e florestas nacionais. Registra que se a RESEX Verde para Sempre está começando a apresentar os bons frutos. Para quem lembra dos conflitos que teve em 2005, 2006, quando a rede GTA atuou ativamente ajudando na gestão dos conflitos com a comunidade, isso é animador. Parabeniza a dona Margarida e diz que é bom ver como o protagonismo feminino e como a participação das mulheres nesse debate da construção das tomadas de decisões é importante. Fala da questão do manejo que tem que ser interinstitucional, com foco na questão social e deve permear todos os órgãos que possam estar fortalecendo essa ação. Questiona com quantas associações o SFB trabalhou, a quantidade de famílias, que são manejadoras, e quantos foram atingidos diretamente e indiretamente com a questão do manejo. Pergunta se o programa florestabilidade, já está sendo trabalhado em toda região norte, ou só está no estado do Pará.

A SRA. CRISTINA GALVÃO (Coordenadora/SFB) – Diz que a assistência técnica da área florestal é dada pelo Instituto de Formação de Treinadores - IFT e da área de gestão da organização e comercialização pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil- IIEB e captando recursos para continuar e ofertar isso, só que agora é um processo de ofertar assistência técnica aliada a um processo de capacitação continuada para prestadores de servico, porque a ideia é sair do IFT e IIEB, do apoio do Servico Florestal e garantir a existência de administrador, técnico de contabilidade, de contador, de engenheiro florestal, de técnico agrícola que saibam prestar a assistência técnica. Hoje a Cooperativa Mista da FLONA Tapajós - COOMFLONA, por exemplo, tem técnicas florestais que são usadas por gerentes operacionais do manejo florestal que são filhos de comunitários, então esse é o horizonte. A assistência técnica hoje é dada pelo IFT e o IIEB, mas entra em um esforço de capacitar as instituições locais. A outra pergunta é sobre o florestabilidade, que trabalhou, em duas escalas. Em uma escala no Pará, Amapá, Amazonas e no Acre, o tema manejo florestal foi levado para dentro da escola de nível fundamental e poderia também ter sido aplicado para o nível médio, como conteúdo interdisciplinar, esse foi o Florestabilidade na escola. E a formação de extencionistas ainda está em curso, ano passado foram formadas 30 pessoas no módulo essencial na região de Anapu. Esse ano formaram os educadores de campo, os professores da casa familiar agrícola e para o ano que vem está estruturando na reserva extrativista (RESEX). Diz que preparar essa capacitação tem que ter disponibilidade do servidor, tem que preparar uma linguagem, uma demanda que atenda a realidade. Então não consegue fazer em grande escala, mas a ideia é conseguir. Ressalta que ao final de tudo ainda pesa as limitações orçamentárias que o SFB tem. É um programa de formação continuada de extencionistas, que visa o fortalecimento da agricultora familiar. Fala que precisa haver um reaquecimento das políticas públicas e injeção de recursos públicos para as coisas acontecerem, enquanto isso a gente vai gerando um modelo, uma proposta, uma estrutura.

O SR. MÁRIO MONTOVANI (ANAMMA) – Fala que nessa linha de ação estruturante, de trazer algumas questões para se fazer fora, ressalta que tem 5, 6 unidades de conservação com o manejo, com professor Virgílio.

O SR. PROFESSOR VIRGILIO (ANAMMA) – Parabeniza pelo trabalho apresentado. Fala que ter destacado o trabalho do florestabilidade é fantástico, e os resultados em campo são incríveis. Fala que o IFT conseguiu uma aprovação de recurso do Fundo Amazônia, o que alavanca bastante esse trabalho que é fundamental para o manejo florestal comunitário que atende parte das angústias da rede GTA. Diz que participou de uma reunião organizada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Serviço Florestal Americano no Centro Cultural de Brasília e que discutiram a questão da madeira e questiona se o SFB já está conectado, porque o Serviço Florestal Americano escolheu três cadeias: castanha, pirarucu e a madeira como uma estratégia para conservação das áreas protegidas.

A SRA. CRISTINA GALVÃO (Coordenadora/SFB) – Informa que também participou da reunião com o ICMBio e o Serviço Florestal Americano e que o SFB está junto no mesmo projeto.

O SR. ROBERTO PALMIERI (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - IMAFLORA) — Fala que o plano é para os dois próximos anos, o Serviço Florestal Americano com o ICMBio. O fato do SFB estar junto é excelente. Parabeniza.

O SR. MARIO MANTOVANI (ANAMMA) – Diz que o IMAFLORA tem trabalhado nesse projeto e ressalta que tem que formar uma geração de gente que vá para o campo, que é um grande desafio. Fala que dá para ampliar e é importante obter essas respostas do Serviço Florestal Brasileiro.

O SR. JOBERTO VELOSO DE FREITAS (Diretor/SFB) – Fala que sua origem é no manejo florestal, e está há muito tempo no Inventário Florestal Nacional, onde tudo continua interligado. Fala que pela manhã teve uma visão um pouco mais realista do que pessimista, onde um dos aspectos que foram levantados foi a falta de cultura florestal, e isso está na origem do prejuízo que se tem tido principalmente na Amazônia, e que o Senhor Marcus Vinicius colocou muito bem a posição do Serviço Florestal, uma visão digna de uma posição institucional bem realista, mostrando, inclusive, que o manejo é sim uma estratégia de conservação das florestas, contudo, o problema é muito mais complexo. E essa complexidade mostra que o problema do manejo não passa só pela produção em grande escala de madeira, mas também pelo manejo florestal comunitário, que é muito importante. Milhões de pessoas que moram na Amazônia e os milhões de hectares de florestas naturais estão conectados principalmente por questões culturais. Fala que o manejo comunitário tem várias dimensões. Elogia a iniciativa do Serviço Florestal e parabeniza a equipe da Diretoria de Cadastro e Fomento Florestal – DCF/SFB, por conseguir colocar na experiência da RESEX Verde para Sempre todos os ingredientes necessários.

O SR. CARLOS EDUARDO PORTELLA STURM (Diretor/SFB) – Parabeniza a equipe e diz que o manejo comunitário é realmente importante. O programa de manejo florestal comunitário teve um momento de discussões muito forte, e que sempre coloca para a equipe que: se tem algum lugar onde essa pauta tem que existir, é no Serviço Florestal Brasileiro. Fala que essa mescla de vários atores têm atuado conjuntamente com o objetivo de mostrar que o manejo florestal comunitário existe, é viável, é possível. Fica aqui o apelo a todos os componentes dessa comissão que é ajudar o SFB a levar essa pauta para além do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB) – Agradece os

comentários e diz que não adianta só ter disciplina, tem que ser perseverante, ser organizado, saber das coisas. Mesmo tendo todas as qualidades possíveis e necessárias para se desenvolver uma tarefa, se não houver paixão e emoção, há uma chance muito grande das coisas não acontecerem. Parabeniza, e diz que aos poucos o Serviço Florestal Brasileiro vai batalhando e avançando.

A SRA. ANA CLÁUDIA (CONTAG) – Parabeniza a apresentação que mostra algo positivo e diz que acredita muito que o manejo florestal comunitário é positivo. Então, esse é o resultado de quando a gente trabalha com a perspectiva de que atua e convive naturalmente com a terra, que faz com que se avance.

 O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB) – Ratifica que o Serviço Florestal Brasileiro está aberto para continuar a parceria com a CONTAG, para além do Cadastro Ambiental Rural.

1º INFORME: SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES FLORESTAIS – SNIF

A SRA. ANA LAURA TRINDADE (Analista Ambiental/SFB) – Realiza a apresentação do informe sobre o Sistema Nacional de Informações Florestais, que está previsto na Lei nº 11.284 de 2006.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB) – Agradece a apresentação do informe e solicita a servidora Ana Laura para, junto com a Diretoria de Cadastro e Fomento–DCF verificar as classificações feitas para o cadastro ambiental rural dos mosaicos recebidos dos anos de 2011.

2º INFORME: INVENTÁRIO FLORESTAL NACIONAL

A SRA. CLÁUDIA MARIA MELLO ROSA (Gerente/SFB) — Realiza a apresentação do informe sobre o Inventário Florestal Nacional.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB) – Agradece a equipe. Diz estar sendo um dia muito rico com as apresentações realizadas e passa para a próximo informe.

3º INFORME: CONCESSÃO FLORESTAL

O SR. HENRIQUE DOLABELLA (Gerente/SFB) – Realiza a apresentação do informe sobre as Concessões Florestais.

 O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB) — Agradece pela apresentação do informe e pergunta se há questionamentos ou esclarecimentos em relação ao tema. Como não houve nenhuma manifestação passou ao próximo informe, solicitando que o senhor José Humberto apresente a situação do monitoramento das florestas públicas.

4º INFORME: MONITORAMENTO E AUDITORIA FLORESTAL

O SR. JOSÉ HUMBERTO CHAVES (Gerente/SFB) — Realiza a apresentação do informe sobre o monitoramento das florestas públicas.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB) — Agradece pela apresentação do informe e pergunta se há questionamentos ou esclarecimentos em relação ao tema. Como não houve nenhuma manifestação passou ao próximo informe, solicitando que o

senhor Joberto Veloso apresente informe sobre o Congresso da IUFRO.

365 366 367

5º INFORME: CONGRESSO DA UNIÃO INTERNACIONAL DE ORGANIZAÇÕES **DE PESQUISA FLORESTAL -IUFRO**

368 369 370

O SR. JOBERTO VELOSO DE FREITAS (Diretor/SFB) – Realiza a apresentação do informe sobre o Congresso do IUFRO.

371 372

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB) – Agradece pela 373 apresentação do informe e passa a palavra para a Sra. Raquel. 374

375 376

377 378

379

380 381

382

A SRA. RAQUEL DE OLIVEIRA (MPOG) - Pede para deixar registrado que foi publicado no dia 23 de outubro, o Decreto 9178, que foi uma articulação feita pelo Serviço Florestal e o Ministério do Meio Ambiente, Casa Civil e Planejamento, que determina que a Administração Direta, Fundacional, Autárquica, de Empresa Pública dependente, deverá adotar critérios de sustentabilidade nas compras públicas. Dentre esses critérios, conseguiu-se incluir a questão do manejo florestal, da madeira oriunda de manejo florestal e de reflorestamento. Fala que é uma conquista muito importante no âmbito do terceiro eixo do PPCDAM.

383 384

- O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (Diretor-Geral/SFB) Diz que está registrado. 385
- Agradece a presença de todos e encerra a reunião. 386